

**HABEAS CORPUS Nº 460.816 - MG (2018/0184051-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : ALEXSER JARDEL SABINO SILVA (PRESO)  
**PACIENTE** : FILIPE DOS SANTOS ISRAEL (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* (fls. 3/15), com pedido liminar, impetrado em benefício de ALEXSER JARDEL SABINO SILVA e FILIPE DOS SANTOS ISRAEL, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (Apelação Criminal n. 1.0024.16.141629-2/001 - fls. 537/550).

Depreende-se dos autos que o juiz singular condenou ALEX, como incurso no art. 157, § 2º, inciso II, c.c. art. 65, inciso I, ambos do Código Penal, por duas vezes, na forma do art. 70, primeira parte, do Código Penal, e art. 244-B, da Lei n. 8.069/90, c.c. art. 65, inciso I, do Código Penal, na forma do art. 70, segunda parte, do Código Penal, às penas de **8 anos, 6 meses e 7 dias de reclusão, em regime inicialmente fechado, e 28 dias-multa e 3 meses de detenção, com substituição por restritivas de direito**. Do mesmo modo, condenou FILIPE, como incurso no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal, por duas vezes, na forma do art. 70, primeira parte, do Código Penal, e art. 244-B, da Lei n. 8.069/1990, na forma do art. 70, segunda parte, do Código Penal, e art. 307, c.c. art. 65, inciso III, alínea 'd', na forma do art. 69, do Código Penal, às penas de **8 anos, 6 meses e 7 dias de reclusão, em regime inicialmente fechado, e 28 dias-multa e 3 meses de detenção, com substituição por restritivas de direito** (fls. 333/360).

Irresignada, a defesa interpôs apelação criminal, na Corte estadual, que acolheu preliminar e negou provimento ao recurso, nos termos de acórdão assim ementado:

*"EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - FALSA IDENTIDADE -*

*AFASTAR CONDENAÇÃO EM RELAÇÃO A UM APELANTE - POSSIBILIDADE - PRELIMINAR ACOLHIDA - DELITO DE CORRUPÇÃO DE MENORES - ABSOLVIÇÃO - NÃO CABIMENTO - DELITO DE NATUREZA FORMAL - CONDENAÇÃO MANTIDA ROUBO MAJORADO - AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADA - PALAVRA DAS VÍTIMAS E DOS POLICIAIS MILITARES EM COERÊNCIA COM AS DEMAIS PROVAS DOS AUTOS - CONDENAÇÕES MANTIDAS - ATRIBUIÇÃO DE FALSA IDENTIDADE PERANTE A AUTORIDADE POLICIAL - ABSOLVIÇÃO POR ATIPICIDADE DA CONDUTA - TESE DEFENSIVA REJEITADA - REDUÇÃO DA PENA - INVIABILIDADE - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.*

*I - Deve ser afastada da condenação sofrida por um dos acusados o crime previsto no art 307 do Código Penal, uma vez que tal crime era imposto apenas em relação ao outro apelante.*

*II - O delito de corrupção de menores é de natureza formal, bastando a simples participação do menor no ato delitivo e na companhia do agente imputável para a sua configuração.*

*III - Se as declarações das vítimas se revelam coerentes, delas não se inferindo a torpe intenção de acusar pessoa que se sabe inocente, e encontrando amparo nas demais provas produzidas, é de rigor a manutenção dos decretos condenatórios.*

*IV - Os depoimentos de policiais militares, se revestidos de idoneidade, merecem ser acolhidos, já que a condição funcional deles, por si só, não macula ou desabona seus relatos.*

*V - Atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial, para o fim de evitar punição, é fato típico, pois não é alcançado pelo princípio constitucional da autodefesa, previsto no art 5º, LXIII, da Constituição Federal, conforme iterativa jurisprudência dos tribunais superiores.*

*VI - Fixada a pena de forma eskorreita, não há se falar em redução." (fl. 537).*

Na sequência, foram opostos embargos de declaração defensivos, os quais resultaram acolhidos em parte, para complementar os fundamentos do acórdão impugnado (fls. 560/566). Após, novos embargos declaratórios não foram acolhidos (fls. 576/578).

No presente *mandamus*, a impetrante alega que, para que se

possa falar em reconhecimento do crime de corrupção de menores, faz-se mister a presença, nos autos, de documento hábil comprobatório da verdadeira idade do menor, o que não se verificaria, no caso vertente. Aduz, nesse sentido, que o reconhecimento da menoridade, para efeitos penais, supõe demonstração, mediante prova documental específica e idônea (certidão de nascimento).

Afirma que, após a fixação das penas para os crimes de roubo e de corrupção de menores, deveria ter incidido o aumento da regra do art. 70, primeira parte, do Código Penal, uma única vez, sobre a reprimenda mais elevada (um dos roubos).

Ao final, requer, liminarmente e no mérito, seja a ordem concedida para absolver os pacientes da imputação de prática do delito previsto no art. 244-B, da Lei n. 8.069/1990. Em caráter subsidiário, pretende que sejam reduzidas as penas totais dos pacientes, aplicando-se a regra do concurso formal entre os roubos e a corrupção de menores.

A liminar foi indeferida, às fls. 586/588.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *writ* (fls. 624/626).

É o relatório.

**Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção dos pacientes.

Em primeiro lugar, a impetrante postula pela absolvição dos pacientes da imputação de haverem praticado o delito de corrupção de menores, uma vez que a prova da menoridade do envolvido não teria observado as restrições da lei civil.

Sobre o tema, extrai-se do acórdão reprochado que:

*"Inicialmente, busca a defesa a absolvição em relação ao delito de corrupção de menores, o que já adianto não ser possível.*

*Sobre o tema, registro, inicialmente, que sempre considerei que o delito de corrupção de menores é de natureza material, sendo imprescindível a existência de provas nos autos de que o acusado tenha efetivamente corrompido ou facilitado a corrupção do menor para lastrear a condenação.*

*Todavia, revi meu entendimento para aderir ao posicionamento manifestamente dominante nos tribunais superiores e considerar que o crime em debate é de natureza formal, bastando a simples participação do menor no ato delitivo e na companhia de imputável para a sua configuração.*

*Destaco que tal questão foi objeto da edição do enunciado da Súmula nº 500 do STJ, de acordo com o qual 'a configuração do crime do art. 244-B do ECA independe da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal'.*

*[...]*

*No presente caso, a prova carreada aos autos demonstrou indubitavelmente, que os apelantes contaram com a participa;: menores na prática de roubo dentro do ônibus em face das A.L.E.T. e L.A.A., conforme demonstrado pelo depoimento de vítimas, dos Guardas Municipais, bem como pelo Policial Militar, (mídia - f. 147).*

*Desse modo, independentemente de provas de que tenha sido corrompido ou de que, com a prática dos delitos a sua corrupção tenha sido facilitada, impõe-se a manutenção da condenação dos apelantes por tal crime, nos exatos termos da sentença." (fls. 543/545).*

E, da sentença condenatória, é de se destacar o trecho abaixo:

*"Inicialmente, não merece acolhimento a tese defensiva exigindo prova da efetiva corrupção de eventuais inimputáveis, visto que a constatação da condição do adolescentes antes e depois do fato não se mostra necessária, sendo suficiente para a configuração do delito a presença do menor durante a prática do delito. Trata-se de delito formal, sendo prescindível, para a sua configuração, a demonstração de efetivo prejuízo à criança ou ao adolescente, o que restou definido nos Tribunais Superiores, inclusive sendo objeto da Súmula 500 do Superior Tribunal de Justiça [...]*

*Entretanto, apesar de na denúncia se mencionar serem adolescentes, baseado nas declarações por eles prestadas, acrescidas às suas qualificações em boletins de ocorrência, não*

*foram por todos eles apresentados documentos de identificação, o que leva à conclusão cabal de que sequer civilmente identificados estão nos autos C V X M d S, I G G da S, J V C A e M E dos S, apesar de constar no APFD número de cédulas de identidade informada pelo último.*

*Dessa forma, assiste razão à Defesa, parcialmente, uma vez que não demonstrada nos autos a menoridade dos coagentes mencionados, não se podendo, em nome do princípio de que, na dúvida, deve ser decidido em favor do réu, condenar o acusado pela prática dos delitos previstos no art. 244-B, da Lei 8.069/90, em relação a tais vítimas, não tendo sido juntado aos autos qualquer documento hábil a comprovar as menoridades, do que não se desincumbiu o Ministério Público.*

*Entretanto, o fato de não ter sido juntada, aos autos, a certidão de nascimento do adolescente J V N não tem o condão de impedir a condenação dos réus pelo delito em análise relativamente a esse, haja vista que tanto o auto de prisão em flagrante e a oitiva do menor (fl. 11), aliados ao boletim de ocorrência lavrado pela autoridade policial (fl. 19v, Envolvido 9), atestaram a menoridade do envolvido quando do ato delitivo." (fls. 343/344).*

Salienta-se, de início, o teor do **enunciado n. 74 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça**, *in verbis*: para efeitos penais, o reconhecimento da menoridade do réu requer prova por documento hábil. Esse enunciado tem sido empregado, analogicamente, no reconhecimento da menoridade dos sujeitos em geral, no processo criminal.

A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça consolidou-se no sentido de que o **documento hábil** ao qual se refere o aludido enunciado da Súmula não se restringe à **certidão de nascimento**, ante a existência de outros documentos que, por serem dotados de fé pública, são igualmente aptos a comprovar o estado da pessoa.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

*PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. CORRUPÇÃO DE MENORES. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. IMPROPRIEDADE NA VIA ELEITA. INDEVIDO REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. PRESCINDIBILIDADE DA CERTIDÃO DE NASCIMENTO DA VÍTIMA.*

*COMPROVAÇÃO DA MENORIDADE POR MEIOS DIVERSOS. POSSIBILIDADE. WRIT NÃO CONHECIDO.*

[...]

*4. Nos termos da jurisprudência desta Corte, a comprovação da idade do adolescente para fins de tipificação do delito de corrupção de menores pode ser realizada por meios diversos da certidão de nascimento.*

*5. Embora os autos do processo-crime não tenham sido instruídos com cópia da certidão de nascimento do menor corrompido, descabe falar em carência de comprovação de sua menoridade, pois a idade da vítima à época dos fatos sob apuração restou certificada no auto de apreensão em flagrante do ato infracional e no boletim de ocorrência, documentos que ostentam fé pública, dos quais constam a sua qualificação completa, assim como os números de sua carteira de identidade e de sua inscrição no cadastro de pessoas físicas.*

*6. Habeas corpus não conhecido (HC 429.600/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 06/02/2018, DJe 16/02/2018).*

*PENAL E PROCESSUAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. ROUBO QUALIFICADO E CORRUPÇÃO DE MENOR. COMPROVAÇÃO DA IDADE DA VÍTIMA. INFORMAÇÃO EXTRAÍDA DE DOCUMENTOS QUE GOZAM DE FÉ PÚBLICA. VALIDADE.*

[...]

*2. Ainda que não conste nos autos cópia da certidão de nascimento da vítima, outros documentos dotados de fé pública podem atestar o estado da pessoa (menor de 18 anos).*

*3. No caso, perante a autoridade policial, o adolescente apreendido apresentou sua cédula de identidade cujos dados foram inseridos no termo de apreensão em flagrante de ato infracional. Constam nos autos, ainda, o alvará judicial de desinternação e a certidão de antecedentes do adolescente, elementos em que se verifica a sua data de nascimento sem discrepância.*

*4. Habeas corpus não conhecido (HC 333.609/MG, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, Quinta Turma, julgado em 06/10/2015, DJe 27/10/2015).*

*HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. CORRUPÇÃO DE MENOR. ART. 244-B DA LEI*

N. 8.069/90. ABSOLVIÇÃO. 1) FALTA DE PROVAS. PARTICIPAÇÃO DO MENOR NO DELITO E EFETIVA CORRUPÇÃO DO MENOR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. 2) COMPROVAÇÃO DA MENORIDADE. SÚMULA N. 74 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. DOCUMENTO HÁBIL QUE NÃO SE RESTRINGE À CERTIDÃO DE NASCIMENTO. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

- A jurisprudência desta Corte Superior, nos termos do Enunciado n. 74 das Súmulas do STJ, posicionou-se no sentido de que a comprovação da idade da vítima de corrupção de menores não se restringe à certidão de nascimento, podendo ser feita por outros documentos dotados de fé pública, inclusive pela identificação realizada pela polícia civil, como se verifica na hipótese dos autos.

- Habeas corpus não conhecido. (HC 311.952/MS, Rel. Ministro ERICSON MARANHO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), Sexta Turma, julgado em 16/04/2015, DJe 29/04/2015).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CORRUPÇÃO DE MENOR. ART. 244-B, DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. DOCUMENTO HÁBIL PARA COMPROVAR MENORIDADE. EXISTÊNCIA. SÚMULA 74/STJ. CRIME FORMAL. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 500, STJ. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. APRECIÇÃO. INVIABILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A menoridade, a teor da Súmula 74, do STJ, deve ser comprovada por documento hábil.

2. Não há óbice ao fato desta situação jurídica ser atestada por meio de outros registros dotados de fé pública que estejam oportunamente colacionados aos autos, conforme ocorre na espécie, em que constam alguns dados pessoais do menor, como: filiação, data e local de nascimento e constituem prova documental idônea para comprovar a menoridade, uma vez que emanados de autoridade pública.

[...]

5. Agravo regimental não provido (AgRg no REsp 1423997/SC, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, Quinta Turma, julgado em 20/02/2014, DJe 25/02/2014).

Diante disso, é possível aferir que a idade do menor J V N foi idoneamente comprovada, na origem, pela sua qualificação promovida na delegacia.

Dessa forma, não há se falar em constrangimento ilegal, no ponto.

A impetrante se insurge, também, ante a forma como foi feito o cálculo do aumento das penas dos pacientes pelo reconhecimento do concurso formal impróprio entre os delitos de roubo e corrupção de menores.

Para a adequada delimitação da *quaestio*, colaciono os excertos seguintes dos títulos judiciais das instâncias ordinárias:

*"Configura o concurso formal previsto na primeira parte do art. 70 do Código Penal quando o agente pratica duas ou mais infrações penais mediante uma única ação. Já a parte final do referido dispositivo se evidencia quando, embora a conduta continue única, além de dolosa, resulta de desígnios autônomos, isto é, a diferença fundamental entre os dois tipos de concurso formal varia de acordo com o elemento subjetivo que animou o agente ao iniciar sua conduta.*

*No caso ora analisado, os crimes de roubo majorado e o de corrupção de menores resultaram de desígnios autônomos, sendo que quis o acusado praticar os delitos e, ao mesmo tempo, tencionou praticá-los em concurso com adolescentes, em conflito com a lei, sendo que, dessa forma, as penas devem ser somadas, caracterizando assim o concurso formal impróprio." (fl. 345).*

*"Da análise das razões expostas nos presentes embargos, verifica-se que o acórdão não aplicou o concurso formal entre os delitos de roubo e corrupção de menores, previsto no art. 70, primeira parte, do CP, uma vez que seria prejudicial ao réu, tendo em vista que aumentaria a maior pena em 1/6 (um sexto), o que resultaria em uma pena mais elevada do que a fixada" (fl. 577).*

No caso, está-se diante de **duas condutas de roubo majorado** (art. 157, § 2.º, inciso II, do Código Penal) e de **uma conduta de corrupção de menores** (art. 244-B, da Lei n. 8.069/1990), ocorridas no mesmo contexto



fático.

O órgão julgador entendeu por fixar as penas dos pacientes, aplicando a regra do concurso formal impróprio ou concurso material mais benéfico, em razão da existência, na situação concreta, de desígnios autônomos.

Rever o entendimento manifestado na origem e concluir pela inexistência de desígnios autônomos demandaria, necessariamente, o revolvimento do conjunto fático-probatório, inviável em sede de *habeas corpus*.

Sobre o tema:

*PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 157, CAPUT, C.C. ART. 14, II, E 70, IN FINE, DO CÓDIGO PENAL. CONCURSO FORMAL IMPRÓPRIO. DESÍGNIOS AUTÔNOMOS. REEXAME. INVIABILIDADE. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCABÍVEL NESTA VIA PROCESSUAL. REGIME INICIAL FECHADO. PENA SUPERIOR A 4 E INFERIOR A 8 ANOS. ELEMENTO CONCRETO. ADEQUAÇÃO. ORDEM DENEGADA.*

*1. A descaracterização do concurso formal impróprio entre os dois crimes cometidos demandaria, necessariamente, o reexame dos fatos e das provas produzidos nos autos, o que é vedado em sede de habeas corpus. Na espécie, o Tribunal de origem afirmou que os crimes foram praticados com desígnios autônomos, conclusão que torna inviável, nesta via eleita, a aplicação do concurso formal.*

[...]

*3. Ordem denegada. (HC 399.662/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, julgado em 15/08/2017, DJe 28/08/2017)*

*HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO SUBSTITUTIVA DE RECURSO ESPECIAL. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. HOMICÍDIOS, TENTADO E CONSUMADO. CONCURSO FORMAL IMPRÓPRIO. MOTIVAÇÃO. DESÍGNIOS AUTÔNOMOS. REEXAME DAS PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. QUANTUM DE DIMINUIÇÃO. ITER CRIMINIS. MOTIVAÇÃO ADEQUADA. INOBSERVÂNCIA DO ART. 14, II, DO CÓDIGO PENAL. ILEGALIDADE*

*PATENTE. NÃO CONHECIMENTO. ORDEM DE OFÍCIO.*

*[...]*

*2. Hipótese em que o Tribunal de origem entendeu adequada a aplicação do concurso formal impróprio, haja vista os desígnios autônomos. Esclareceu que o paciente teria assumido o risco de matar ou ferir a segunda vítima, o que configura o dolo eventual.*

*Inviável, pois, nesta via estreita, a análise aprofundada das provas para se chegar a conclusão diversa acerca do elemento subjetivo.*

*[...]*

*4. Writ não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para diminuir a reprimenda imposta ao paciente para 10 anos de reclusão, preservados os demais termos da sentença e do acórdão. (HC 200.919/MS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, julgado em 08/10/2013, DJe 21/10/2013)*

Ante o exposto, ausente qualquer constrangimento ilegal, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do STJ, **não conheço** do presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator